

---

## IMPUGNAÇÃO PE 05/2018 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO - 24/05/2018 - 9hrs

---

**FRANCA, Ludmilla** <ludmilla.franca@airliquide.com>

21 de maio de 2018 18:44

Para: compras.luzerna@ifc.edu.br, "PORTO, Cintia" <cintia.porto@airliquide.com>

Encaminhamos a presente impugnação para análise.

Solicito, por gentileza, confirmar o recebimento dos anexos.

Atenciosamente,

**Ludmilla França**  
Analista de Licitações



Rua General Argolo, 33 - São Cristóvão  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
tel: + 55 21 3541-3889  
cel: + 55 21 99433-1764

---

Esta mensagem, incluindo seus anexos, pode conter informação confidencial e/ou privilegiada, sendo seu sigilo protegido por lei. As informações nela contidas não podem ser retransmitidas, arquivadas, utilizadas, divulgadas ou copiadas sem a autorização expressa do remetente. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise ao remetente, respondendo imediatamente o e-mail e em seguida apague-a do seu computador e/ou de outros dispositivos. Agradecemos sua cooperação. | *This message, including its attachments, may contain confidential and/or privileged information and its confidentiality is protected by law. The information herein cannot be retransmitted, filed, used, disclosed or copied without authorization from the sender. If you have received this message by mistake, please advise the sender immediately by replying the e-mail and then deleting it from your computer and/or other devices. Thank you for your cooperation.*

---

### 3 anexos



**CNH SIMONE.pdf**  
151K



**PROCURAÇÃO COORDENADOR COMERCIAL.pdf**  
1220K



**20180521173941711.pdf**  
1431K



7º TABELIÃO DE NOTAS  
SÃO PAULO - SP  
COMARCA DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO  
TABELIÃO ALDEMIR REIS



AIR LIQUIDE-003-2017 – Coord. Comercial. Livro 6249 Página 225.

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos sete (7) dias do mês de Junho do ano dois mil e dezessete (2017), nesta cidade de São Paulo, em diligência na Avenida das Nações Unidas, n.º 11.541, 19.º andar, São Paulo/SP, ai, perante mim, tabelião e o escrevente, compareceu como outorgante, **AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.**, com sede na Avenida das Nações Unidas, n.º 11.541, 19.º andar, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.331.788/0001-19, NIRE 35.212.702.164 e todas as suas filiais; com alteração e consolidação contratual, de 30/11/2016, registrada na JUCESP sob n.º 171.024/17-5, em 11/04/2017, arquivada nestas notas, na Pasta 141, Doc 25, neste ato representada, de acordo com a cláusula 11ª de seu contrato social consolidado, por seu Diretor Comercial, **ANDERSON VALENTIN BONVENTI**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador do RG n.º 15.231.259-SSP/SP e do CPF/MF n.º 056.176.028-45e por seu Diretor da Atividade Medicinal, **MIGUEL BERNARDO ALCOBIA RIBEIRO**, que habitualmente assina Miguel Bernardo Ribeiro, português, casado, administrador de empresas, portador do RNE n.º V778472-O e inscrito no CPF/MF sob o n.º 235.100.468-03, eleitos conforme Ata da Reunião de Sócios, realizada em 03/10/2016, registrada na JUCESP sob n.º 548.338/16-4, em 22/12/2016, arquivada nestas notas, na Pasta 141, Doc. 25, ambos domiciliados e residentes nesta Capital, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, n.º 11.541, 19º andar; os presentes identificados através dos documentos mencionados e exibidos neste ato, e por ela outorgante me foi dito que, por este instrumento e nos termos de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **1) ADRIANA FERREIRA ROSA DA S. DESENGRINI**, brasileira, casada, fisioterapeuta, portadora do RG. n.º 5.824.752 e do CPF/MF n.º 824.548.501-25; **2) CARLA DAMIANA DA SILVA BITTENCOURT**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora do RG. n.º 124362428-9 e do CPF/MF n.º 094.498.277-88; **3) CARLOS ALBERTO BORGES**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do RG. n.º 17.614.287 e do CPF/MF n.º 109.119.198-05; **4) CESAR AUGUSTO AMBROSI**, divorciado, farmacêutico, portador do RG n.º 9055136981 e do CPF/MF n.º 622667990-53; **5) CÍCERO LIMA**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador do RG n.º 1073086711 e do CPF/MF n.º 004.358.100-57; **6) CRISTIANE DE CASTRO CHAGAS RIBEIRO**, brasileira, casada, fisioterapeuta, portadora do RG. n.º MG9216385 e do CPF/MF n.º 040.887.616-69; **7) DANIELY SFALCINI SELVÁTICO**, brasileira, solteira, fisioterapeuta, portadora do RG. n.º 11.955.123MG e do CPF/MF n.º 099.507.677-41; **8) ELISANDRO RIVELINO BRUM**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador do RG. n.º 7035903108 e do CPF/MF n.º 560.892.440-15; **9) ELOISA XAVIER GOMES**, brasileira, solteira, fisioterapeuta, portadora do RG. n.º 4535352 DGPC-GO e do CPF/MF n.º 016.310.811-01; **10) ENOCK MOREIRA ARAUJO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG. n.º 3.330.277 e do CPF/MF n.º 527.539.996-00; **11) FABIO FARIA ARAUJO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG. n.º M 3519035 e do CPF/MF n.º 568.770.806-53; **12) HUMBERTO AGUIAR DIAS JUNIOR**, casado, engenheiro civil, portador do RG n.º 5184891 SSP/PE e do CPF/MF n.º 527.977.404-91; **13) IZABEL MARIA QUEIROZ DE FREITAS**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora do RG. n.º 20.774.084-7 e do CPF/MF n.º 130.214.128-74; **14) JOELSON FERRER**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG. n.º 28.998.943-7 e do CPF/MF n.º 267.249.628-54; **15) KARINA LAGE PONTES**, brasileira, casada, engenheira química, portadora do RG. n.º 10.121.119-89 e do CPF/MF n.º 966.465.607-06; **16) LUCAS MOREIRA SOUZA LOPES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG. n.º 43.964.813-0 e do CPF/MF n.º 344.843.878-24; **17) LUCIANO GARRIDO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG. n.º 20.861.985-9 e do CPF/MF n.º 135.988.868-37; **18) MARCELO DA SILVA RIBEIRO**, brasileiro, em união estável, administrador de empresas, portador do RG. n.º 2051098982 e do CPF/MF n.º 579.858.550-68; **19) MARCELO SILVA DE ALCANTARA**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG. n.º 11.353.251 e do CPF/MF n.º 049.872.136-13; **20) MARCÉU LUIZ LOPES VICENTE**, casado, engenheiro químico, portador do RG n.º 42.546.437 e do CPF/MF n.º 362.407.938-76; **21) MASAO BUENO NISHIMATSU**, brasileiro, casado, tecnólogo em processamento de dados, portador do RG. n.º 267117541 e do CPF/MF n.º 192.473.478-82; **22) MAXIMILIANO DETTMER MENEZES**, brasileiro, solteiro, engenheiro químico, portador do RG. n.º 7.960.842-4 e do CPF/MF n.º 038.120.799-41; **23) MIRNA WOLITZ CAVALCANTE**, brasileira, divorciada, fisioterapeuta, portadora do RG. n.º 1056404849 e do CPF/MF n.º 748.000.350-15; **24) NAIDE BARRETO DE SANTANA LOPES**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora do RG. n.º 1415556-70 e do CPF/MF n.º 215.584.185-04; **25) PAULA DE VICO RIBEIRO**, solteira, engenheira química, portadora do RG n.º 343922654 e do CPF/MF n.º 327.842.258-95; **26) RENATA MUNIZ BARRETO MARANHÃO**, casada, fisioterapeuta, portadora do RG n.º 25.608.200-5 e do CPF/MF n.º 269.713.858-70; **27) RICARDO ANTONIO DA CUNHA OTSUKA**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador do RG. n.º 2045642-5 CRA-RJ e do CPF/MF n.º 833.506.247-15; **28) SANDRA PIRES DA COSTA MONTEIRO TERRA**, brasileira, casada, engenheira química, portadora do RG. n.º 21.483.038-X e do CPF/MF n.º 147.353.358-97; **29) SAYRA MOREIRA SILVA**, solteira, engenharia de petróleo, portadora do RG n.º 21.869.911-4 e do CPF/MF n.º 123.136.567-64; **30) SIDINEI ALMEIDA DA SILVA**, casado, administrador, portador do RG n.º 05217615-3 e do CPF/MF n.º 641033237-87; **31)**



10682602097107.000230561-0

RUA BENJAMIN CONSTANT 177 CENTRO  
SÃO PAULO SP CEP 01005-000  
FONE: 11-32931400 FAX: 11-32931401





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado de São Paulo

**SIMONE DE ALVARENGA NATAL**, brasileira, casada, advogada, portadora do RG. n.º 09393343-0 e do CPF/MF n.º 011766287-98; aos quais conferem **PODERES ESPECÍFICOS PARA**, isoladamente, independente de ordem de nomeação: **1)** Representar a Outorgante perante pessoas físicas e jurídicas privadas para assinar ofertas e propostas comerciais, contratos de fornecimento de produtos fabricados e/ou comercializados pela Outorgante, contratos de locação de bens móveis de propriedade da Outorgante e contratos de prestação de serviços a serem realizados pela Outorgante, cujo prazo de vigência não exceda a 5 (cinco) anos e cujo valor anual de fornecimento não exceda a **R\$300.000,00 (trezentos mil reais)**; **2)** Representar a Outorgante perante a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e quaisquer de seus Ministérios, Secretarias, Órgãos e Repartições Públicas, autarquias, entidades paraestatais, organizações sociais, sociedades de economia mista, qualquer modalidade de Parceria público-privada, autoridades e institutos de modo geral e demais órgãos do Poder Público, para: **a)** pagar e/ou recolher impostos, taxas, contribuições e emolumentos em geral, requerendo e assinando o que necessário for, inclusive guias de recolhimento, requerimentos e petições, ter vistas, obter cópias de processos administrativos e acompanhá-los; **b)** efetuar o cadastramento da Outorgante para os fins de sua participação em licitações, em qualquer modalidade, inclusive pregões, apresentando documentos, assinando requerimentos e praticando todos os demais atos necessários a tal finalidade; **c)** fazer e subscrever declarações de ciência e cumprimento dos requisitos de habilitação, bem como entregar envelopes contendo documentos e propostas da Outorgante, acompanhar as respectivas aberturas, verificar e manifestar-se sobre a conformidade das propostas com os requisitos dos respectivos instrumentos convocatórios; **d)** atuar em licitações públicas em geral em todas as modalidades, inclusive concorrências, convites, tomadas de preços e pregões, acompanhando a abertura dos envelopes, o julgamento das propostas e efetuando lances, renunciando a prazos de recursos e assinando as respectivas atas; tendo vistas de processos administrativos relacionados às licitações, interpondo recursos e acompanhando-os; **e)** assinar ofertas e propostas comerciais destinadas a atender editais de licitações públicas em qualquer modalidade, inclusive pregões, bem como contratos de fornecimento de produtos fabricados e/ou comercializados pela Outorgante, contratos de locação ou comodato de bens móveis de propriedade da Outorgante e contratos de prestação de serviços a serem realizados pela Outorgante, cujo prazo de vigência não exceda a 5 (cinco) anos e cujo valor anual de fornecimento não exceda a **R\$800.000,00 (oitocentos mil reais)**; **f)** nos casos de pregão, reduzir, através de lances verbais e sucessivos, os valores contidos nas ofertas e propostas, até a proclamação do vencedor; **g)** impugnar documento e participação de terceiros, manifestar intenção de recorrer de decisão proferida no curso da licitação, subscrever e assinar recursos administrativos, pedidos de esclarecimento, manifestações e impugnações; **h)** praticar, enfim, todos os demais atos afetos a quaisquer modalidades de licitação, sem restrições, para o bom e fiel desempenho deste mandato. **3)** Representar a Outorgante junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, podendo retirar pacotes, encomendas, com ou sem valores, correspondências de qualquer natureza, inclusive registradas, podendo assinar o que necessário for. **4)** Representar a Outorgante perante quaisquer Órgãos Regulatórios e/ou Ambientais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou quaisquer outros Órgãos dessas naturezas, inclusive IBAMA, Corpo de Bombeiros e Departamentos de Vigilância Sanitária, podendo praticar os atos necessários à obtenção e renovação de Licenças Prévias, de Instalação, de Operação, de Funcionamento e demais licenciamentos, Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental (CADRI), Certificado de Dispensa de Licença, alteração de registros, bem como acompanhar, ter vistas, obter cópias e atender exigências dos processos relacionados aos documentos indicados acima. **5)** Representar a Outorgante perante a Caixa Econômica Federal, para realizar cadastro no site e proceder à emissão de Certificado Digital, para fins licitatórios.

**CONDIÇÕES GERAIS:** (i) O exercício dos poderes outorgados deverá observar em especial a legislação brasileira em vigor e os princípios éticos que norteiam a conduta da Outorgante, sob pena das sanções civis, trabalhistas, penais e administrativas cabíveis. (ii) Este mandato perderá integralmente a sua validade em relação a cada um dos mandatários, na hipótese de rescisão do seu vínculo trabalhista com a Outorgante, em qualquer hipótese; (iii) Os poderes através desta conferidos não autorizam os Outorgados a receber citações e intimações judiciais que não aquelas provenientes da Justiça do Trabalho; (iv) Os poderes por esta conferidos não poderão ser substabelecidos; (v) **A validade desta expirar-se-á automaticamente no dia 30 de junho de 2019.** E de como assim disse, lavrei este instrumento que, lido, sendo lido, aceita e assinam; dou fé. Eu, Amárido Lima Teixeira escrevente a lavrei. Eu, Aldemir Reis, tabelião, a subscrevo. (a.a) MIGUEL BERNARDO ALCOBIA RIBEIRO.- ANDERSON VALENTIN BONVENTI.- (Devidamente selada). NADA MAIS, de tudo dou fé. Este 1º traslado, que é cópia do original, compõe-se de 2 páginas com a rubrica seguinte \_\_\_\_\_ e numeradas de 1 a 2, foi expedido nesta data. Eu, \_\_\_\_\_, a subscrevo e assino em publico e raso.

Em testº \_\_\_\_\_ da verdade.

**TABELIÃO DE NOTAS**

Benjamin Constant, 177 - CEP 01005-000  
São Paulo - SP - PABX/FAX: 3293-1400

Bel. ALDEMIR REIS - TABELIÃO

ALMO JOSÉ VENEROSO DELPHINO - 1º SUBSTITUTO

REGINALDO RUY RODRIGUES REIS - SUBSTITUTO

CAZUIOSHI SUETOMI - SUBSTITUTO

ESCREVENTES AUTORIZADOS:

ANTONIO ROBERTO GARCIA

MAURICIO RODRIGUES SANTOS CRUZ

ALFREDO RODRIGUES SANTOS CRUZ

BEL. REGINALDO RUY RODRIGUES REIS  
Substituto do 7º Tabelião de Notas

PROCURAÇÃO-DILG.	
CIVIL ECONOMICO	
Ao Tabelião:	R\$ 255,06
Ao Estado:	R\$ 72,48
Ao IPESP:	R\$ 49,60
Ao M. Públ.:	R\$ 12,74
A Prefeitura:	R\$ 5,44
Ao R. Civil:	R\$ 13,42
Ao Tribunal:	R\$ 17,50
A Sta. Casa:	R\$ 2,56
TOTAL:	R\$ 428,30



		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>MINISTÉRIO DAS CIDADES</b> <b>DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO</b> <b>CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO</b>			
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1530722802		NOME <b>SIMONE DE ALVARENGA NATAL</b>			
		DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF 093933430IFPRJ			
		CPF 011.766.287-98		DATA NASCIMENTO 29/05/1972	
		FILIAÇÃO <b>CARLOS NUNCIATO NATAL</b>			
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1530722802		CÉLIA DE ALVARENGA NATAL			
		NATAL			
		PERMISSÃO 		ACC 	
Nº REGISTRO <b>00222858330</b>		VALIDADE <b>28/08/2022</b>		1ª HABILITAÇÃO <b>14/03/1991</b>	
OBSERVAÇÕES					
					
LOCAL <b>NITERÓI, RJ</b>		DATA EMISSÃO <b>30/08/2017</b>			
ASSINATURA DO EMISSOR 					
<b>RIO DE JANEIRO</b>					
35575157458 RJ418709114					

AO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE – CAMPUS  
LUZERNA

ILMO (A) SR (A). PREGOEIRO (A) E EQUIPE DE APOIO,

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2018.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23475.000470/2018-20

Abertura do certame: 24/05/2018 às 09h00min.

**AIR LIQUIDE BRASIL LTDA.**, estabelecida na Av. Thiago Antunes Teixeira – nº 14/15 – Bela Vista - Palhoça/SC - CEP: 88.132-717, inscrita sob C.N.P.J. n.º 00.331.788/0060-79, e-mail [gabriel.sampaio@airliquide.com](mailto:gabriel.sampaio@airliquide.com), doravante denominada **IMPUGNANTE**, vem, mui respeitosamente, perante V.Sa., com fulcro no disposto no art. 41 da Lei 8.666/93, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO** ao edital do **Pregão Eletrônico nº 05/2018**, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

A presente licitação tem por objeto a eventual Contratação de Fornecimento de Gases Engarrafados para o IFC – Campus Luzerna, conforme especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I e demais condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Com a finalidade de cumprir, de forma integral, ao que dispõe os princípios e normas que regem o processo licitatório, a IMPUGNANTE vem, através desta, requerer ao (a) Ilmo (a) Pregoeiro (a), que avalie esta peça de impugnação e, conseqüentemente, reavalie o presente edital convocatório.

#### **I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.**

A IMPUGNANTE eleva sua mais alta estima a esta Douta Comissão de Licitação e esclarece que o objetivo desta impugnação ao edital da licitação em referência não é o de procrastinar o bom e regular andamento do processo, mas tão somente, evidenciar os pontos que necessitam ser revistos, pois se mantidos provocarão a violação dos princípios e regras que regulam o processo licitatório e poderão inviabilizar o prosseguimento do feito e a contratação.

#### **II. DA EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO.**

O edital de licitação em referência prevê a participação exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para a aquisição de seu objeto. Contudo, muito embora a exclusividade esteja sendo aplicada de acordo com o tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, alterada pela também Lei Complementar Federal nº 147/2014, é evidente que tal medida não será favorável à Administração.

Isso porque a previsão de participação exclusiva neste caso, provocará uma expressiva redução do rol de participantes e, quanto menor o número de participantes, menor a possibilidade da Administração receber propostas com condições mais vantajosas para a aquisição pretendida.

Ademais, considerando o atual cenário econômico que assola o Brasil, toda redução de custos que se possa fazer, seja na atuação pública, seja nas atividades empresariais, será de grande importância para a Administração se pensada de forma microeconômica.

Sobre a exclusividade, cabe destacar que a própria Lei Complementar que instituiu o tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em licitações públicas, facultou à Administração a não adoção do tratamento diferenciado, se este não for vantajoso para a Administração Pública ou importar prejuízo ao objeto a ser contratado, senão vejamos:



“Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando:  
(...)

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;”

Diante de todas essas razões, considerando que a adoção da ampla participação neste processo não impossibilitará que Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Sociedades Cooperativas etc participem da licitação, na forma da Lei;

Considerando, ainda, que a adoção da ampla participação irá favorecer o aumento do número de empresas participantes na licitação e, conseqüentemente, o aumento do número de propostas mais vantajosas para a Administração, em prol da Competitividade e Economicidade, respectivamente.

A IMPUGNANTE pede a alteração do edital, para eliminar a exclusividade e tratamento diferenciado estabelecido no referido dispositivo, a fim de possibilitar a ampla participação de empresas neste processo.

Veja-se que em sede de licitações presenciais a legislação, prevê a possibilidade de que, caso não se apresentem no mínimo 03 (três) microempresas ou empresas de pequeno porte no dia da sessão pública, que o processo seja ampliado para a participação das demais empresas que comparecerem no dia, nos termos do art. 49, inciso II da Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014<sup>1</sup>. Essa previsão constitui mais uma forma alternativa para que a Administração busque a ampla competitividade e possa atender o princípio da Eficiência.

Entretanto, tal medida alternativa, geralmente, não se aplica às licitações eletrônicas, uma vez que a maioria dos sistemas não permitem sequer o cadastramento de proposta das empresas não enquadradas como ME/EPP.

A fim de não restringir a participação de um maior número de empresas na licitação, o edital necessita ser alterado, para que seja retirada a exclusividade do certame para ME/EPP, e por conseguinte, que seja aberto a ampla participação das empresas.

<sup>1</sup> Art. 49. Não se aplica o disposto nos [arts. 47 e 48 desta Lei Complementar](#) quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

### III. DA NECESSÁRIA CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO.

O edital de licitação em epígrafe, tem por objeto o registro de preços para aquisição parcelada de oxigênio e ar medicinal, pelo período de 12 meses, a ser utilizado pelo fundo municipal de saúde no pronto atendimento municipal, serviço de atendimento móvel de urgência, ambulâncias municipais, unidades básicas de saúde e outros programas, corpo de bombeiros do município e demais fundos e secretarias municipais.

Considerando que o Estatuto de Licitações (Lei 8.666/93) assim determinou:

“Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.” (grifos nossos)

Considerando, ainda, que a correta caracterização do objeto é essencial para que as propostas e preços ofertados na licitação sejam condizentes com a realidade, ou seja, para que a Administração receba ofertas compatíveis e exequíveis com o bem que se pretende adquirir, o serviço que se objetiva contratar ou a obra que pretenda seja realizada.

Faz mister questionar sobre o objeto da presente licitação:

- **Em relação às misturas dos itens 04, 07, 11 e 13 serão admitidas misturas com concentração aproximada que possuem a mesma finalidade?**

Veja-se que o instrumento convocatório traz concentração que são fornecidas por apenas um fornecedor específico, o que restringe o caráter competitivo da licitação, inviabilizando a pluralidade de participantes

Consubstanciando a importância do Princípio da Competitividade, transcrevemos abaixo o entendimento do Prof. Diógenes Gasparini, apresentado no II Seminário de Direito Administrativo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (fragmento retirado do sítio [http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/14a18\\_06\\_04/diogenes\\_gasparini4.htm](http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/14a18_06_04/diogenes_gasparini4.htm)):



“O princípio da competitividade é, digamos assim, a essência da licitação, porque só podemos promover esse certame, essa disputa, onde houver competição. É uma questão lógica. Com efeito, onde há competição, a licitação não só é possível, como em tese, é obrigatória; onde ela não existe a licitação é impossível.

(...)

Em suma, o princípio da competitividade de um lado exige sempre em que se verifique a possibilidade de se ter mais de um interessado que nos possa atender, que nos possa fornecer o que desejamos. Essa constatação determina ou não a promoção da licitação. Portanto, a competição é exatamente a razão determinante do procedimento da licitação, mas ele tem uma outra faceta que muitas vezes é despercebida pelo operador do Direito. Se a competição é a alma da licitação, é evidente que quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar o melhor contratado. Sendo assim, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição. Procedimento dessa natureza viola o princípio da competitividade.”

Veja-se que a Lei 8.666/93 veda expressamente a previsão de cláusulas ou condições que possam frustrar a competitividade:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. [\(Redação dada pela](#)

[Lei nº 12.349, de 2010\)](#) [\(Regulamento\)](#) [\(Regulamento\)](#) [\(Regulamento\)](#)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da



naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”

#### IV. DO PEDIDO.

Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, esta IMPUGNANTE requer, com supedâneo na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e a admissão desta peça, para que o ato convocatório seja retificado nos assuntos ora impugnados.

Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro.

Palhoça (SC), 21 de maio de 2018.

AIR LIQUIDE BRASIL LTDA  
SIMONE DE A. NATAL  
COORD. NACIONAL LICITAÇÕES



AIR LIQUIDE BRASIL LTDA  
Simone de Alvarenga Natal  
Coordenadora Nacional de Licitações



---

## Solicitação de Informação para esclarecimento PE 05/2018 Gases

3 mensagens

---

**Coordenação de Licitações e Contratos Luzerna** <compras.luzerna@ifc.edu.br> 22 de maio de 2018 09:20  
Para: Fernando Prando Dacas <fernando.dacas@ifc.edu.br>, Mario Wolfart Junior <mario.wolfart@ifc.edu.br>, Ivo Rodrigues Montanha Junior <ivo.montanha@ifc.edu.br>, Mateus Ritter Pasini <mateus.pasini@ifc.edu.br>

Prezados, bom dia.

Recebemos a seguinte solicitação de esclarecimento referente ao pregão para recarga de gases:

---

Em relação aos itens 04, 07, 11 e 13, serão admitidas misturas com concentração aproximada que possuem a mesma finalidade ?

Veja-se que o instrumento convocatório traz concentração que são fornecidas por apenas um fornecedor específico, o que restringe o caráter competitivo da licitação, inviabilizando a pluralidade de participantes.

---

Questões a serem respondidas:

01) Em relação aos itens 04, 07, 11 e 13, serão admitidas misturas com concentração aproximada que possuem a mesma finalidade ?

02) Por qual motivo são exigidas estas concentrações ?

02) Os gases com estas determinadas concentrações são realmente fornecidos por apenas um único fornecedor específico, podendo restringir a competitividade na participação do pregão?

Peço, por gentileza, que nos encaminhem resposta até a data de hoje (22/05/2018) às 17:00H, pois nosso prazo para resposta ao esclarecimento é de 24 Horas.

Termo de Referência segue em anexo.

--

**Atenciosamente,**  
Fellipe Oliveira

**Setor de Licitações**  
Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna  
[www.luzerna.ifc.edu.br](http://www.luzerna.ifc.edu.br)

(49) 3523-4334 - Licitações  
(49)3523-4312 - Contratos

**Horário de Funcionamento**  
8h às 12h e das 13h às 17h



**6 Termo de Referência.pdf**  
287K

---

**Mateus Ritter Pasini** <mateus.pasini@ifc.edu.br> 22 de maio de 2018 10:15  
Para: Coordenação de Licitações e Contratos Luzerna <compras.luzerna@ifc.edu.br>, Aloysio Fogliatto <alloysio.fogliatto@ifc.edu.br>  
Cc: Fernando Prando Dacas <fernando.dacas@ifc.edu.br>, Mario Wolfart Junior <mario.wolfart@ifc.edu.br>, Ivo Rodrigues Montanha Junior <ivo.montanha@ifc.edu.br>

Bom dia a todos.



Estou encaminhando este e-mail ao professor Aloysio pois estes gases que necessitam esclarecimentos são solicitações do mesmo.

Att.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Mateus Ritter Pasini

Técnico de Laboratório-Mecânica

Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

Rua Vigário Frei João, nº 550, Centro, Luzerna - SC

Site do Campus: [luzerna.ifc.edu.br](http://luzerna.ifc.edu.br)

Fone: (49) 3523 4300 - (49) 3523 4317

---

**Aloysio Fogliatto** <[alloysio.fogliatto@ifc.edu.br](mailto:alloysio.fogliatto@ifc.edu.br)>

22 de maio de 2018 14:44

Para: Coordenacao de Licitacoes e Contratos Luzerna <[compras.luzerna@ifc.edu.br](mailto:compras.luzerna@ifc.edu.br)>

Cc: Mateus Ritter Pasini <[mateus.pasini@ifc.edu.br](mailto:mateus.pasini@ifc.edu.br)>, Fernando Prando Dacas <[fernando.dacas@ifc.edu.br](mailto:fernando.dacas@ifc.edu.br)>, Mario Wolfart Junior <[mario.wolfart@ifc.edu.br](mailto:mario.wolfart@ifc.edu.br)>, Ivo Rodrigues Montanha Junior <[ivo.montanha@ifc.edu.br](mailto:ivo.montanha@ifc.edu.br)>

boa tarde

envio abaixo respostas aos questionamentos:

Questões a serem respondidas:

01) Em relação aos itens 04, 07, 11 e 13, serão admitidas misturas com concentração aproximada que possuem a mesma finalidade ?

R.:

**item 04: pode ser mistura contendo percentuais ENTRE (82% Ar + 18% CO2) e (85% Ar + 15% CO2);**

**item 07: pode ser mistura contendo percentuais ENTRE (95% Ar + 5% CO2) e (98% Ar + 2% CO2);**

**item 11: ATENÇÃO: MISTURA TERNARIA - pode ser mistura contendo percentuais ENTRE (90% Ar + 8% CO2 + 2% O2) e (92% Ar + 6% CO2 + 2% O2);**

**item 13: pode ser mistura contendo percentuais ENTRE (90% Ar + 10% CO2) e (92% Ar + 8% CO2);**

02) Por qual motivo são exigidas estas concentrações ?

R.:

**O comportamento do arco elétrico e os fenômenos que ocorrem na poça de fusão, assim como os resultados da soldagem, são influenciados pela composição da atmosfera gasosa atuante nos processos; as diferentes concentrações dos elementos nas misturas gasosas produzem atmosferas específicas, as quais possuem diferentes propriedades (como potenciais de ionização e de oxidação, condutividades térmica e elétrica, etc.). Sendo assim, as diversas ligas ferrosas e não ferrosas se comportam de diferentes modos quando submetidas aos diferentes processos/modalidades de soldagem com atmosferas gasosas de diferentes propriedades físico-químicas. Deste modo, se faz necessário o estudo pormenorizado sobre a influência da atmosfera gasosa nos resultados da soldagem, em ambiente de engenharia.**

02) Os gases com estas determinadas concentrações são realmente fornecidos por apenas um único fornecedor específico, podendo restringir a competitividade na participação do pregão?

R.:

**creio q não, desde que os fornecedores ofereçam um produto (mistura gasosa) que se enquadre nos limites especificados para as concentrações.**

**Enfim, caso haja necessidade de esclarecimentos adicionais, referentes às misturas não citadas acima, fico à disposição.**

atenciosamente,

--

**Prof. Aloysio A. B. Fogliatto, Dr. Eng.**

Coordenador Laboratório de Soldagem

Coordenação de Engenharia Mecânica

Instituto Federal Catarinense - Campus Luzerna

[www.luzerna.ifc.edu.br](http://www.luzerna.ifc.edu.br)

(49) 3523-4319

[Texto das mensagens anteriores oculto]